

61
forão approvados, suprimindo-se no Artigo 134 a palavra "identica".

A discussão do Artigo 136 adiou-se por ser dada a hora.

Designou o Sr. Presidente para a Ordem do Dia, 1.º a nomeação da Comissão de Petições; 2.º a 3.ª discussão do Regimento dos Conselhos Gerais de Provinces; e se houver tempo, a 2.ª discussão dos Projectos de Lei, declarando o Artigo 6.º da Constituição do Império, e regulando a execução da sentença de pena de morte.

Levantou-se a sessão ás duas horas. — Visconde de Santo Amaro, Presidente. — João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretário. — Francisco Carneiro de Campos.

Sessão 36.ª

No Dia 23 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de Santo Amaro.

Monta a sessão foi lida, e approvada a Acta da antecedente.

Leu-se pela segunda vez o Parecer da Comissão de Legislação sobre o officio do Ministro e Secretário d'Estado dos Negocios da Justiça, em que participava o resultado das Comissões Militares criadas nas Provinces de Pernambuco, e do Ceará.

Depois de terminar a discussão, foi approvado o Parecer; e propondo então o Sr. Presidente, em consequencia de algumas reflexões que tinham precedido, se deveria officiar-se ao Ministro da Justiça, que o Senado fica inteirado do resultado das Comissões referidas, e que julga cumprido o seu dever quanto a participação: assim se resolveo.

O Sr. Visconde de Barbacena, Sr.

o seguinte.

Projecto de Lei
Assembleia Geral Legislativa, Decreta:
Artigo 1.^o

Haverá seis Secretarias de Estado, e cada hum
ma será confiada a hum Ministro e Secre-
tario d'Estado.

Artigo 2.^o

Serão denominadas

Secretaria d'Estado dos Negocios do Interior

Estrangeiros

Ecclesiasticos, e de Justica

da Guerra

da Marinha

da Fazenda

Artigo 3.^o

Ao Ministro e Secretario d'Estado do Inte-
rior, pertence:

A direcção geral da administração ci-
vil. Execução dos trabalhos necessarios para
verificar a divisão, e demarcação das Provin-
cias, Comarcas, e Termos em que está, ou for
dividido o Territorio do Imperio. A direcção
da Instrução publica, e de todos os Estabe-
lecimentos Civis Literarios, assim como Mu-
zeos, e Laboratorios. A Super-Intendencia
Geral da Policia Administrativa. Da Ad-
ministração da Fazenda dos Conselhos: das Or-
demancas: da Saude publica: da Agricultura:
do Commercio, e Navegação Interiores: da In-
dustria Fabril, e das Artes: das Obras, e Benefi-
torias publicas: da Policia de todos os Estabe-
lecimentos de Piedade, e Beneficencia dos
Hospitais Civis. He da sua competencia
o abastecimento publico: a Colonisação do
Imperio: a formação dos Mappas Statis-
ticos: a expedição de todos os Alvarás de Ti-
tulos, e Cartas de Conselhos: de todos os do-

pachos relativos as Ordens Militares, bem como de todos os Empregados nas Repartições Civis administrativas, e Officias de Ordenança

Deve apresentar o orfamento das despesas que poderá fazer a respectiva Repartição no anno seguinte, e dar a conta posterior, e definitiva do anno precedente. Tem a Proposta das remunerações para os Empregados da mesma Repartição, e finalmente a de todas as medidas que forem necessarias para o exacto cumprimento das Leis em vigor pertencentes a este Ministerio.

Artigo 4.º

As Ministros e Secretario d'Estado dos Negocios Estrangeiros, pertence:

A direcção, e expediente dos Negocios Politicos. A correspondencia official, tanto com as Legações Imporiaes nos Paizes Estrangeiros, como com os Empregados Diplomaticos, e Consules das Potencias Estrangeiras acreditados junto a Sua Magestade o Imperador. A expedição de todos os Diplomas para a Nomeação dos Empregados Diplomaticos, e Consules. A vigilancia sobre o modo por que tais Funcionarios desempenham os seus deveres. A Super-Intendencia Geral do Commercio interior.

Deve apresentar o orfamento das despesas, que poderá fazer a respectiva Repartição no anno seguinte, e dar a conta posterior, e definitiva do anno precedente.

Tem a Proposta das remunerações para os Empregados da mesma Repartição, e finalmente a de todas as medidas que forem necessarias para o exacto cumprimento dos Tratados, e Convenções existentes.

Artigo 5.º

As Ministros e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos, e de Justiça, pertence:

Adireccão de todos os Negocios Ecclesiasticos. A Nomeação dos Arcebispos, Bispos, e Prolados; assim como Vigarios, Congregos, ou quaesquer outras Dignidades da Hierarchia Ecclesiastica. A Supra-Intendencia Geral de todos os ramos da Administracão da Justica no Imperio. A Correspondencia official com os Presidentes das Relações, e com todos os Magistrados, não só para o fim de promover a boa administracão da Justica, como para ter o devido conhecimento de todas as ambiguidades, ou contradicções que a experiencia mostrar na execucao das Leis Civis, e Criminaes. O Despacho das Peticões para perdões, e commutações de Degredos. O Proverimento de todos os Lugares de Magistratura, e Officios de Justica. A Vigilancia sobre o modo por que os Magistrados, e officiaes de Justica cumprem as obrigações dos seus cargos. A Policia Correccional do Imperio. A Policia geral das Cadeias. A Formacão de hum Mappa das Causas Civis, e outro das Criminaes sentenciadas annualmente em todos os Juizos, Relações. De outro Mappa das Causas que se achão pendentes no fim do anno nas mesmas Instancias, com a indicacão das materias sobre que versão. A formacão de huma relação circunstanciada de todos os individuos de ambos os sexos, que no fim do anno se acharem nas Cadeias do Imperio.

Deve apresentar o orçamento das despezas que poderá fazer a respectiva Repartição no anno seguinte, e dar a conta posterior, e definitiva do anno precedente. Tem a Proposta das remuneracões para os Empregados da mesma Repartição, e finalmente a de todas as medidas que forem neces-

63
saxias para o exacto cumprimento das Leis em
vigor pertencentes a este Ministerio

Artigo 6.^o

Do Ministro e Secretario d'Estado dos Negoci-
os da Guerra, pertence:

A Organisação, e disciplina de todas as
Tropas de Linha, e Milicias. O recrutamen-
to, aquartelamento, soldo, fardamento, e pro-
vimento das Tropas de todas as Armas. O Ex-
pediente de todas as Promoções, demissões volun-
tarias, reformas, e baixas. A Direcção Suprema
de todas as Juntas de Fazenda, Thesouraria, e
Repartições Civis do Exercito, assim como das Aca-
demias, Collegios, Escolas, e Estabelecimentos deter-
minados a instrucção, e trabalho militares.
A Super-Intendencia dos Arsenaes Militares,
Tracas de Guerra, e Fortificações de qualquer
natureza. A Direcção geral dos transportes, e
da administração, e policia dos Hospitais, e
Trifos militares. A Justica Criminal militar.
A formação de dois Mapas, hum da força ef-
fectiva do Exercito de Linha, outro das Milicias.
De outro Mappa annual das Munições de
Guerra existentes. Compete-lhe a vigilancia
sobre o proximo, e conducta dos officiaes su-
periores, e Generaes: a Proposta das remunera-
ções; e a Direcção do Monte Pio Militar.

Deve apresentar o orçamento das despe-
zas que podera fazer a respectiva Repartição
no anno seguinte, e dar a conta posterior, e
definitiva do anno precedente.

Sem finalmente a Proposta de todas
as medidas que forem necessarias para o exa-
cto cumprimento das Leis em vigor pertencen-
tes a este Ministerio.

Artigo 7.^o

Do Ministro e Secretario d'Estado dos Negoci-
os da Marinha, pertence:

A Direcção geral de todas as forças de
mar. A Super. Intendencia da Construc-
ção, concerto conservação, armamento, e
guarnição das Embarcações de guerra.
Orcamento, aquartelamento, soldo, farda-
mento, e armamento da tropa destinada
a guarnecer as Embarcações de guerra. Opa-
gamento do soldo dos officiaes de Marinha,
e das soldadas da gente de mar. Depen-
dente das Promocções, dimissões voluntarias,
reformas, e baixas tanto dos officiaes de
Marinha, e gente de mar, como das Tropas
que guarnecem as Embarcações de guerra.
A Super. Intendencia das Mattas, e Flores-
tas: de todos os trabalhos hydrograficos: da
Policia dos Portos, e Anchoradouros. Adi-
recção suprema de todas as Juntas de Faren-
do, Thesourarias, e Repartições Civis da Ma-
rinha: da administração, e policia de todos
os Arsenal, e Armazens, bem como das Aca-
demias, e Escolas destinadas ao serviço da
Marinha. O estabelecimento, conservação,
e iluminação dos Faros. A Colocação das
boias nas Costas, Portos, e Anchoradouros,
para designar aos Navegantes os Raios,
Barcos, e Abrochos. A administração da
Navegação Costeira, e de longo curso, assim co-
mo das Pescarias nas Costas, e alto mar.
A direcção, e policia dos Hospitais, e Prisões
destinadas a gente de mar. A Justica Cri-
minal no que respeita a Marinha. A
formação de hum Mappa annual das
Forças Navaes, e de outro das Munições, e
sobrecelentes existentes nos Arsenal, e Arma-
zens.

Compete-lhe a Vigilancia sobre o pro-
prio, e conducta dos officiaes, Generaes: a
proposta das Remunerações: e a direcção do

Que apresentará o esfamento das despezas que poderá fazer a respectiva Repartição no anno seguinte, e dar a conta posterior, e definitiva do anno precedente. Tem finalmente a proposta de todas as medidas que forem necessarias para o exacto cumprimento das Leis em vigor pertencentes a este Ministerio.

Artigo 8.^o

Ao Ministro e Secretario d'Estado das Negocias da Fazenda, pertence:

A Suprema administração economica, a contabilidade, e fiscalisação de todas as tributos, de todas as rendas publicas e Bem Nacionais. A observação dos effeitos que os tributos existentes tem produzido, ou produzirem sobre os ramos da riqueza Nacional a que affectarem. A Super-Intendencia Geral de todas as Alfandegas, Casas de Moeda, Correios, e quaesquer Fabricas, ou Estabelecimentos que trabalharem por conta do Estado. A Superior Direcção do Thesouro Publico, e de todos quaesquer Caços Publicos, os quaes serão considerados como partes integrantes do Thesouro, que he o Deposito Central de toda a Recutta Publica. A Escripção summaria de toda a despesa feita em cada humo das suas Secretarias d'Estado. O despacho para concessão de assignações, quando os diretores da Fazenda Nacional por justos motivos não puderem satisfazer os pagamentos estipulados. A Nomeação de todos os empregados, e officiaes de Fazenda. A Vigilancia sobre o modo por que os officiaes de Fazenda cumprem suas obrigações. A Proposta das remunerações pelos seus respectivos serviços. Tem a administração, contabilidade, e fiscalisação dos fundos destinados para as despesas priva-

42
tivas d'este Ministerio; e deve no ultimo tri-
mestre de cada anno fazer os pagamentos se-
guintes para o anno vindouro.

1.^o O rendimento geral do Imperio

2.^o O da Despesa geral do Imperio

3.^o O das Despesas privativas da Re-
partição da Fazenda.

Deve mais formalisar, e apresentar pos-
teriormente as seguintes contas geraes, e
definitivas.

1.^a A conta do effectivo rendimento do
Imperio no anno precedente, e da despesa
feita com a sua cobrança.

2.^a A conta do rendimento liquido, e
da despesa effectiva.

3.^a A conta exacta das Despesas privati-
vas da Repartição da Fazenda.

4.^a A conta da entrada sahida, e rema-
nescente effectivo do Thesouro, e de todos os Co-
fres Publicos, filiaes d'esta Repartição.

5.^a A conta da Divida publica existente,
e da sua amortisação annual.

Todas estas contas serão acompanhadas
das contas auxiliares, e dos documentos ne-
cessarios para sua comparação.

Hei finalmente da privativa competen-
cia d'este Ministerio a Proposta de todas as
medidas, que forem necessarias para me-
lhor arrecadação das Rendas, e mais exacto
cumprimento das Leis em vigor pertencen-
tes á Fazenda Publica.

Artigo 9.^o

O Thesouro será confiado a hum Administra-
dor geral, com seu Regimento particular.

Artigo 10

Haverá hum Tribunal de = Revisão de Contas =
com seu Regimento.

Artigo 11.

65

Fica abolido o Emprego de Intendente Geral da Policia. - Visconde de Barbacena. - José Ignacio Borges.

Foi aprovado, e refervou-se para ser impresso.

O Sr. Barão d'Alcantara, fez a leitura do seguinte Projeto de Lei.

Assembleia Geral Legislativa, Decretou

Artigo 1.^o

Necessidade absoluta da propriedade alheia, para utilidade publica, he o unico caso, em que o Direito de propriedade, garantido pela Constituecao titulo 2 artigo 179 paragrafo 22.

Artigo 2.^o

Averificacão d'esta necessidade, sera feita a requerimento do Procurador da Fazenda Publica, perante o Juiz do Domicilio do proprietario, com audiencia d'elle.

Artigo 3.^o

O Valor da propriedade sera calculado, não só pelo intrinseco da mesma propriedade, como da sua localidade, e interese que d'ella tira o proprietario, e fixado por arbitros nomeados pelo Procurador da Fazenda Publica, e dono da propriedade.

Artigo 4.^o

Antes do proprietario ser privado da sua propriedade, sera indemnizado do seu valor.

Artigo 5.^o

Fica livre ao proprietario de receber o valor da sua propriedade, ou o juro d'esse valor a taxa de seis por cento ao anno.

Artigo 6.^o

Se o proprietario não declarar a sua vontade sobre a acção proposta no Artigo preced.

29
dente, o valor da propriedade será levado ao
Deposito publico; por cujo conhecimento, junto
aos autos, se haverá o posse judicial da pro-
priedade.

Artigo 7.^o

Da mesma sorte fica livre ao proprietario
oppor-se a necessidade de que trata o Arti-
go primeiro; assim como ao calculo do valor
da sua propriedade, no caso de se considerar
prejudicado pelo arbitramento feito na for-
ma do Artigo terceiro, e de levar os seus
recursos a Relação do Districto.

Artigo 8.^o

No caso de perigo imminente, como de inva-
zão, ou guerra, cessarão todas as formalida-
des, e poder-se-ha tomar posse do uso da pro-
priedade, logo que for liquidado o seu va-
lor, restituídos os Direitos para se deduzir em
tempo opportuno. Dec. do Senado 23 de Ju-
nho de 1826. = Barão d'Alcantara.

Sendo apoiado, reservou-se para ser im-
presso.

O Sr. 1.^o Secretario participou, que a-
cabava de receber hum Officio do Ministro e
Secretario d'Estado dos Negocios da Guerra,
remittendo por copia noventa Provisões das
expedidas pelo Conselho Supremo Militar,
formando parte da collecção que se havia
pedido ao mencionado Ministro.

Ordem do Dia

O Sr. Presidente declarou que tendo de
nomear-se a Commissão de Peticões, por esse
motivo consultava a Camara sobre o numero
de Membros de que devia compor-se. Decidi-
o-se que fosse composta de tres Membros.

Procedendo-se á respectiva nomeação, fo-
rão eleitos por pluralidade relativa de vo-
tes, o Sr. Barão de Congonhas com 18,

66

O Sr. Dom Manoel Eugenio de Lacerda e Silveira
com 13; e o Sr. João Evangelista de Faria Le-
bato com 12.

Talhou-se a 3.^a discussão do Regimento
do Conselho geral de Provincia.

O Sr.^{es} Matta Bacellar, e Barroso,
mandarão a Mesa as seguintes emendas que
forão apoiadas.

„ Proponho que se acrescente ao Artigo
„ 116, a emenda seguinte = O que só terá lugar
„ quando exigir utilidade publica, ou segurança ge-
„ ral da Provincia; ficando com todo o Presi-
„ dente da Provincia responsavel por qualquer
„ abuso de poder, que praticar a este respeito. Fe-
„ zi Suxura da Matta Bacellar.

„ O Artigo 8.^o não está em harmonia
„ com o Artigo 116; e julgo que falta acres-
„ centar n'este ultimo, que será o caso presen-
„ te a Assembleia Geral estando reunida / co-
„ mo eu declarei quando apresentei a respecti-
„ va emenda / ou ao Governo quando o não es-
„ teja, na forma da Constituição.

„ Os Artigos 11.^o e 12.^o não estão em harmo-
„ nia com os 17.^o e 19.^o, devendo n'estes fazer-se
„ menções de quando se deve dar parte ao Presi-
„ dente da Provincia, que o Conselho está prom-
„ pto a installar-se, para elle mandar aprom-
„ ptar o preciso para ter lugar a Missa no dia
„ antecedente, e no dia 4.^o de Dezembro o his a-
„ brir.

„ No Artigo 87 falta declarar, que na
„ votação de negocios, se porão nas cedulas as
„ palavras = sim = ou = não.

„ No Artigo 104 deve dizer-se o Sr. F.
„ pode retirar-se = Sessão de 23 de Junho de 1826
„ Barroso = salva a redacção.

O Sr. Visconde de Barbacena indicou a
supressão da palavra = scripta = no Art. 38.

120
e consultando o Sr. Presidente e Camara, esta approvou a supressão.

Entrando em discussão a Emenda do Sr. Matta Bocellar, o Sr. Visconde da Praia Grande offereceu outra concebida nos seguintes termos.

Proponho que no Artigo 116 Depois das palavras = deve adiar = se acrescente = no caso de que o seu Regimento lhe conceda este poder = Visconde da Praia Grande.

Não sendo apoiada, foi então offerecida outra no seguinte contexto.

Proponho que se suprima o Artigo 116 = Visconde de Paranaíba = Visconde de Inhamitanga.

Foi apoiada, e depois de julgar-se sufficientemente discutida, o Sr. Presidente consultou o voto da Camara a qual approvou a supressão proposta, vencendo-se igualmente a do Artigo 117 pela relação que tinha com o Artigo antecedente.

O Sr. Barão de Caethe offereceu a seguinte Addição ao Regimento

1.º Logo que se aproximar o mez de Novembro, deverá o Presidente da Provincia chamar os Conselheiros eleitos para se acharem tres dias antes do 1.º de Dezembro na Capital da Provincia respectiva

2.º Se algum dos Conselheiros faltar sem causa justa, seja castigado, perdendo os Direitos de Cidadão por hum anno.

3.º Devem perceber as mesmas gratificações declaradas aos Conselheiros do Governo.

Acrescento mais, que deve haver declaração do Officio para as sessões, e que os preparativos serão pagos pela Fazenda Publica, a requisição do Presidente da Provincia. Poco do Senado 23 de Junho de 1826. = Barão de Caethe.

Foi apreciada, e dando-se por discutida, o Sr. Presidente propoz se a Camara approvava a addicão na sua generalidade, para ser incorporada ao Regimento: e como não passasse, propoz separadamente o 1.º, 2.º, e 3.º Artigos, e nenhum foi approvado.

Passou-se então a propoz a declaracão relativa ao Officio para as sessões; e esta foi approvada.

Passou-se a discutir a Emenda do Sr. Barrozo, e sendo posta a votacão a primeira parte da mesma Emenda, que versa sobre os Artigos 8.º e 11.º, ficou suprimida.

Por ser dada a hora addiu-se esta discussão.

O Sr. 1.º Secretario lê hum Officio do Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Império, incluindo a copia do Decreto de 16 do corrente, pelo qual Sua Magestade Houve por bem Ordenar, que no Thesouro Publico se paguem as Folhas dos Ordenados, e depozar tanto d'esta Camara, como da dos Deputados. Ordenado ficou inteirado.

O Sr. Presidente dá para ordem do dia: 1.º a continuacão da discussão do Regimento dos Conselhos Geraes de Provincia: 2.º a discussão dos Projectos de Lei, hum declarando o Artigo 6.º da Constitucão, e outro regulando a execucao da sentença de pena de morte.

Levantou-se a sessão as duas horas. = Vice-cede de Santo Amaro, Presidente = João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretario = Francisco Cammuro de Campos.

Sessão 37.ª

No Dia 26 de Junho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de S.º Amaro.